

RELATÓRIO ODS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **2022**

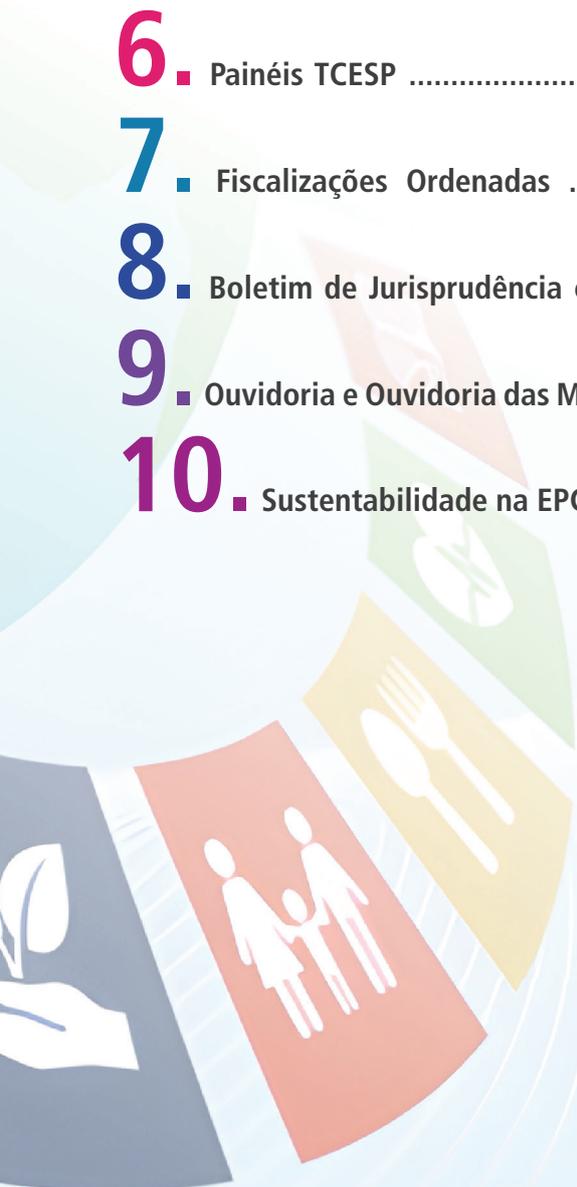


TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



Sumário

Apresentação do TCEP	5
1 ■ Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)	7
2 ■ Convênio PNUD	8
3 ■ Observatório do Futuro	11
4 ■ Planejamento Estratégico e os ODS	20
5 ■ Parcerias com outras instituições	22
6 ■ Painéis TCEP	23
7 ■ Fiscalizações Ordenadas	26
8 ■ Boletim de Jurisprudência e os ODS	28
9 ■ Ouvidoria e Ouvidoria das Mulheres	30
10 ■ Sustentabilidade na EPCP e no MPC	32





TCE-SP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Exercício de 2023

TRIBUNAL PLENO – CONSELHEIROS
(Reúne-se às quartas-feiras, às 10h00)

Sidney Estanislau Beraldo (Presidente)
Renato Martins Costa (Vice-Presidente)
Antonio Roque Citadini (Corregedor)
Edgard Camargo Rodrigues
Robson Marinho
Cristiana de Castro Moraes
Dimas Ramalho

PRIMEIRA CÂMARA

(Reúne-se às terças-feiras, às 14h30)

Conselheiro Antonio Roque Citadini (Presidente)
Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues
Conselheiro Dimas Ramalho

Secretário-Diretor Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Ministério Público de Contas

Leticia Formoso Delsin (Procuradora Geral)
Celso Augusto Matuck Feres Junior
Élida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Leticia Formoso Delsin
Rafael Antonio Baldo
Rafael Neubern Demarchi Costa
Renata Constante Cestari
Thiago Pinheiro Lima

SEGUNDA CÂMARA

(Reúne-se às terças-feiras, às 10h00)

Conselheiro Renato Martins Costa (Presidente)
Conselheiro Robson Marinho
Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Auditores

Samy Wurman
Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Silvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli
Márcio Martins de Camargo

Procuradoria da Fazenda Estadual

Luiz Menezes Neto (Procurador-Chefe)
Denis Dela Vedova Gomes
Carim José Féres
João Carlos Pietropaolo
Patricia Ulson Pizarro Werner
Débora Sammarco Milena

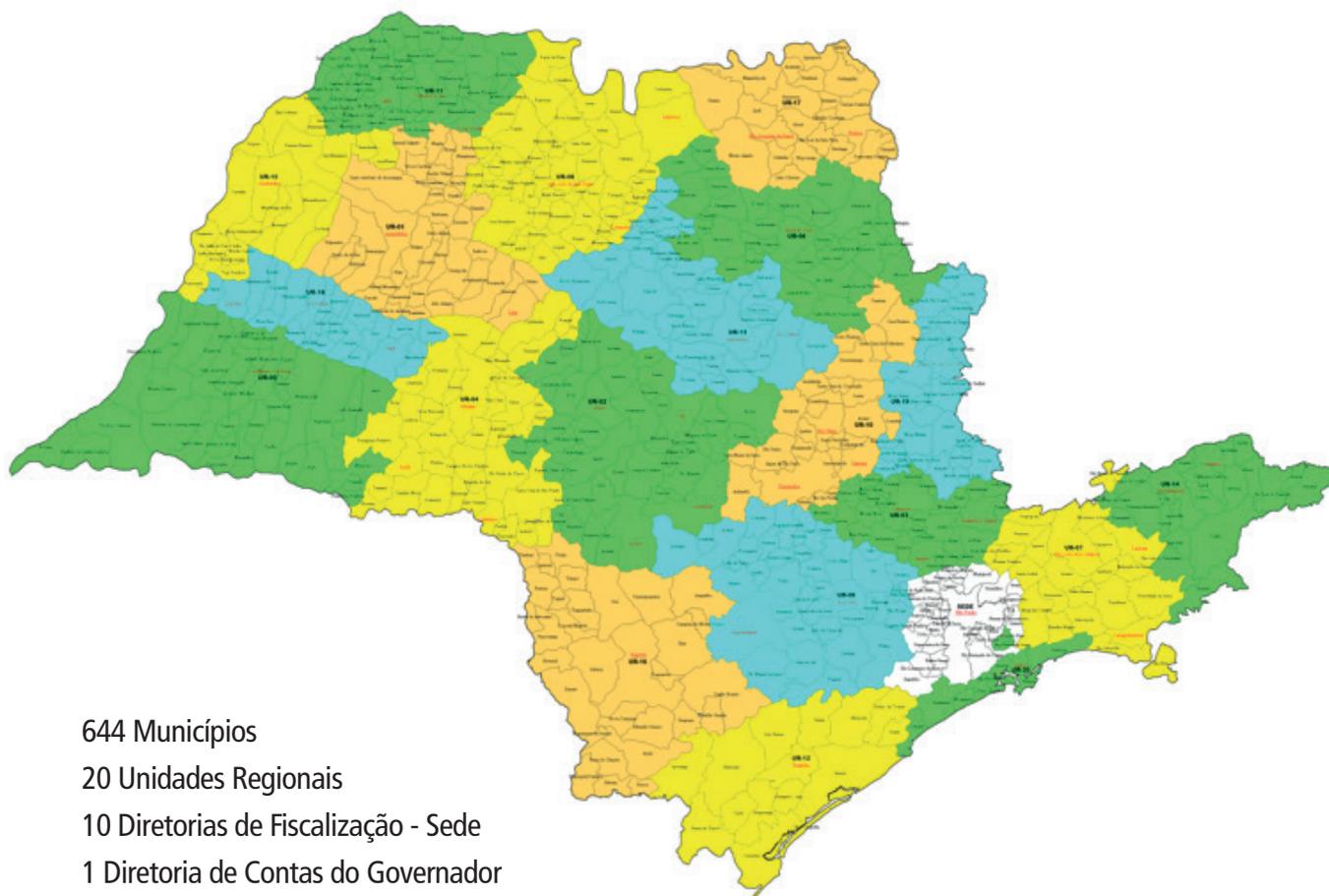
Apresentação do TCE SP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) foi organizado pela Lei estadual nº 1.961, de 29 de dezembro de 1923, de forma a regulamentar o artigo 71 da Constituição do Estado de São Paulo, reformada em 9 de julho de 1921. Sua **primeira sessão ocorreu em 6 de maio de 1924**.

Durante a Revolução de 1930, a Corte foi extinta por meio

do Decreto nº 4.793/30, sendo restabelecida pelo Decreto-lei nº 16.690/47. Desde então, o Tribunal de Contas paulista foi reorganizado administrativamente, teve suas funções ampliadas, descentralizou sua atividade, criando vinte unidades regionais, e aprimorou ferramentas para o exercício do controle externo.

ATUAÇÃO DO TCE SP



O Tribunal tem competência para auxiliar a Assembleia Legislativa no exercício da **fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** do Estado e de seus Municípios (exceto a Capital, fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Município); das entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, verificando a **legalidade, a legitimidade, a economicidade, a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas** dos atos praticados por seus jurisdicionados.

É regido pelos artigos 31 a 36 da Constituição do Estado de São Paulo, promulgada em 5 de outubro de 1989, e pela Lei Complementar estadual nº 709, de janeiro de 1993.

A missão do TCE SP, porém, é mais abrangente, já que suas ações têm como objetivo **garantir o uso adequado, transparente e efetivo dos recursos públicos**. Trabalhar em benefício da sociedade, monitorando a eficiência dos órgãos fiscalizados, é a principal diretriz de atuação da Corte.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

MISSÃO

FISCALIZAR E ORIENTAR, por meio da atuação preventiva e corretiva e da avaliação de atos e resultados, para que os recursos públicos sejam utilizados de maneira adequada e transparente, em benefício da sociedade.

VISÃO

Posicionar-se como uma instituição em **CONSTANTE EVOLUÇÃO**, apoiada na excelência do seu quadro de pessoal e no uso intensivo de novos métodos e tecnologias – reconhecida como essencial para o aprimoramento da gestão pública.

Com o crescente uso de tecnologia para auxiliar o controle externo em sua relevante função, o Tribunal vem, cada vez mais, verificando a **qualidade do gasto público**. Nesse sentido, ganham destaque as fiscalizações-surpresa que analisam a despesa de determinadas políticas públicas e o **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)**, indicador desenvolvido pelo TCESP e adotado nacionalmente.

A solidez institucional da Corte é reflexo de seus quase cem anos de existência, a serem completados em maio de 2024, e de um trabalho incessante para o cumprimento de

sua principal missão: garantir que os recursos originários dos impostos pagos pela população sejam efetivamente utilizados em benefício da sociedade paulista.

Diante desse evidente foco do TCESP na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, nota-se a convergência existente entre os objetivos finais da Corte e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que, com suas 169 metas, pretendem aprimorar a existência de todos, “sem deixar ninguém para trás”.

A seguir, as principais ações do TCESP intrinsecamente relacionadas à Agenda 2030.



1 Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)



O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) foi criado em 2015 pelo TCESP para medir a efetividade das 644 Prefeituras paulistas. Com foco em infraestrutura e processos, avalia a eficiência das políticas públicas em sete setores da administração: saúde, planejamento, educação, gestão fiscal, proteção aos cidadãos (Defesa Civil), meio ambiente e governança em tecnologia da informação.

Coletado e validado anualmente pela Corte de Contas, o IEG-M é específico (mede características da gestão de forma clara e objetiva); mensurável (quantifica o desempenho dos municípios ao longo do tempo); acessível (pode ser utilizado no planejamento da fiscalização); relevante (por ser instrumento de controle); oportuno (é elaborado no tempo adequado para ser utilizado pela fiscalização) e extensível (a todos os tribunais de contas). Assim, pode ser qualificado como um **indicador de sustentabilidade**, que auxilia não apenas no acompanhamento dos gastos públicos, mas, sobretudo, na **tomada de decisão**

pelos gestores. Afinal, as lacunas identificadas nas respostas aos quesitos que compõem cada uma das sete áreas avaliadas pelo IEG-M possibilitam diagnósticos da realidade local que facilitam a identificação de demandas prioritárias da população, a correção de rumos, a reavaliação de programas e a consolidação do planejamento dos municípios.

Além disso, é possível comparar resultados entre cidades, o que permite o **intercâmbio de boas práticas para a melhoria das administrações.**

A metodologia empregada no indicador, os questionários e respectivos resultados estão disponíveis na página eletrônica do TCESP (www.tce.sp.gov.br/iegm), garantindo ainda a transparência da iniciativa e o fortalecimento do controle social.

Diante de tantos bons resultados, o IEG-M recebeu, em 2018, menção honrosa no Innovare, a maior premiação jurídica do país. O indicador foi um dos dois finalistas selecionados entre 89 projetos inscritos por Cortes de vários Estados brasileiros.

Para acessar o painel IEG-M
posicione seu leitor de QRCode
sobre a imagem ou acesse o link
www.tce.sp.gov.br/iegm



2 Convênio PNUD



Em 2015, os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) firmaram um acordo internacional em torno de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. O compromisso prevê a adoção de tais medidas, em âmbito nacional, até 2030.

Diante da importância da iniciativa, os ODS foram incorporados à pauta das Entidades de Fiscalização Superiores (INTOSAI), cujo representante brasileiro é o Tribunal de Contas da União (TCU), para o monitoramento do grau de preparo dos governos para a efetivação desse pacto. Nos níveis subnacionais, diversos Tribunais

de Contas também adotaram a Agenda 2030 em suas atividades.

No TCESP, foi identificada uma correlação entre os ODS e o IEG-M, o que despertou o interesse do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil**. Para facilitar a troca de informações sobre o avanço da Agenda 2030 nos Municípios paulistas e no Estado de São Paulo, foi então firmado, em junho de 2017, um **Memorando de Entendimentos** entre as duas instituições. A parceria foi renovada em julho de 2022, com vigência prevista até julho de 2026.

IEGM X ODS



Vejamos alguns exemplos:



Consumo e produção responsáveis

Redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso



Planos e Programas

- Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- Plano de Resíduos da Construção Civil
- Saneamento Básico
- Programa Município VerdeAzul



Ações e indicadores

- Coleta seletiva
- Triagem dos resíduos de construção civil
- Gestão dos aterros municipais
- IQR (Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos)



Cidades e Comunidades Sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



- Identificação das áreas de risco
- Plano de Contingência da Defesa Civil
- Programa Construindo Cidades Resilientes para redução de riscos e desastres
- Avaliação de segurança de todas as escolas e centros de saúde



Ações e medidas de contingenciamento

- Para períodos de estiagem
- Para provisão de água potável da Rede de Ensino e nas UBSs
- Plano emergencial para fornecimento de água potável
- Participação em treinamento para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais



Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Estrutura da Educação

- Plano Municipal de Educação
- Conselho Municipal de Educação



Qualificação dos professores

- Nível superior e Pós-graduação
- Investimento municipal em capacitação
- Horas de Treinamento



Infraestrutura escolar

- Adaptação para crianças com deficiência
- Necessidade de reparos
- Quadra poliesportiva
- Laboratório ou sala de informática
- Biblioteca ou sala de leitura
- Transporte escolar
- Fornecimento de merenda

Acompanhamento do aluno

- Taxa de abandono
- Mapeamento de vagas
- Rendimento escolar

Como a implementação dos ODS demanda esforços conjuntos entre os diversos atores públicos e privados, cabe ao Tribunal propor uma abordagem mais abrangente e integrada dos problemas estruturais e conjunturais a serem enfrentados para o sucesso da Agenda 2030. Apoiar a governança e o desenvolvimento

sustentável também é essencial para que as metas acordadas internacionalmente possam ser cumpridas. **O controle externo deve fazer parte desse processo**, orientando as autoridades para a tomada de decisões mais conscientes e incentivando a inclusão dos ODS no planejamento dos governos do Estado e dos municípios.

3 Observatório do Futuro



Para melhor coordenar os esforços do TCESP em prol da Agenda 2030, o **Ato GP nº 2/18 criou o Observatório do Futuro**, um núcleo de monitoramento da adoção e avanço dos ODS no Estado e nos municípios paulistas fiscalizados pela Corte de Contas. Dentre as atribuições do núcleo, destacam-se **estudos e atividades de capacitação para servidores e sensibilização de gestores e a sistematização e divulgação de dados e boas práticas.**

Em busca de auxílio para a tarefa pedagógica de disseminação

dos ODS nos dois níveis de governo, o TCESP, por meio do Observatório do Futuro, estabeleceu parceria também com a **Universidade de São Paulo (USP), uma das mais importantes do país e a única da América Latina a figurar entre as 100 instituições de ensino com maior reputação acadêmica do mundo**, segundo o World Reputation Ranking 2022.

A seguir, listaremos as principais ações realizadas pelo Observatório do Futuro durante seus seis anos de existência:

Para acessar a página do Observatório do Futuro posicione seu leitor de QRCode sobre a imagem ou acesse o link www.tce.sp.gov.br/observatorio





a) Capacitação interna para Diretores e Chefes da Fiscalização: apresentação sobre os ODS e como eles se relacionam com o trabalho cotidiano dos servidores do TCESP, gerando mobilização para que todos criem meios e soluções de aprimoramento da verificação da harmonia entre as metas dos ODS e a gestão pública, dentro da lógica de auditoria de resultado. Foi desenvolvido material de apoio.

b) Promoção e participação em eventos: divulgação de trabalhos do TCESP que relacionam os ODS ao IEG-M e às demais atividades da Corte Paulista em congressos, simpósios e workshops. Destaque para eventos direcionados ao combate à corrupção; planejamento de políticas públicas; à incorporação dos ODS nas leis orçamentárias; à promoção da sustentabilidade na administração pública; ao estímulo ao uso de indicadores e ao monitoramento da efetividade dos programas de governo.

c) Gestão Sustentável no TCESP: elaboração de um manual de gestão sustentável, em parceria com a Universidade de São Paulo, a partir de modelos disponibilizados por outras instituições, com a mensuração do consumo de materiais nas dependências da Corte. O manual encontra-se em fase de atualização, tendo em vista a **Resolução nº 17/2022, que instituiu a Política Institucional de Sustentabilidade no Tribunal**, alterada pela Resolução nº 05/2023. Nesse aspecto, ainda está em andamento uma campanha sobre consumo consciente dentro das dependências da Corte de Contas.

d) Concursos de fotos: para instigar os servidores do TCESP e promover maior sensibilização em relação ao tema, foram promovidos dois concursos de fotografias: um relacionado ao ODS 4 (“Educação de qualidade para todos”) e outro sobre resíduos sólidos (envolvendo metas dos ODS 6 – “Água Limpa e Saneamento”; 11 - “Cidades e comunidades sustentáveis” e 12 – “Consumo Responsável”). As fotos poderiam retratar denúncias de irregularidades ou boas práticas.

As imagens, selecionadas por membros do Observatório do Futuro, fizeram parte de uma exposição nas dependências do TCESP e também ilustraram a Revista Cadernos (periódico de artigos científicos da Escola de Contas do TCESP).



Cadernos

da Escola Paulista de Contas Públicas do TCESP

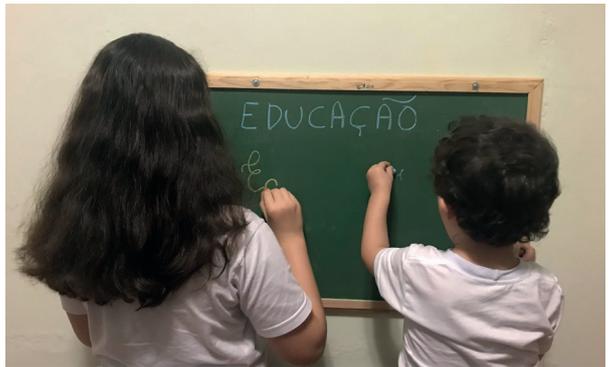
Edição especial Agenda 2030

1 ERADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO	3 SAÚDE BEM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	7 ENERGIA LIMPA	8 INDÚSTRIAS INOVADORAS E INFRAESTRUTURA	9
10 REDUÇÃO DAS DESIGNAÇÕES	11 BONS GOVERNOS	12 CONSUMO RESPONSÁVEL	13 SAÚDE E BEM-ESTAR	14 VIDA NA ÁGUA	15 VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E FORTE INSTITUIÇÃO	17 PARCERIAS PARA OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS	OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS

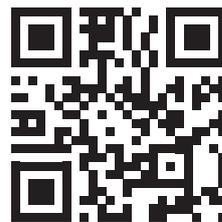
ISSN 2595-2412 | Edição nº 3 - 2018

EPCP Escola Paulista de Contas Públicas Presidente Washington Luís Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

OBSERVATÓRIO DO FUTURO



A Revista Cadernos dedicou uma edição especial à Agenda 2030. Foram reunidos artigos relacionados, ainda que indiretamente, a pelo menos um dos 17 ODS. O periódico também publicou uma entrevista com a Professora Kamala Dawar, da Universidade de Sussex, que visitou o TCESP para relatar a experiência britânica no combate à corrupção.



Para acessar a íntegra das edições posicione seu leitor de QRCode sobre a imagem ou acesse o link <https://bit.ly/3Kk4IWp>

Cadernos

da Escola Paulista de Contas Públicas do TCESP

ISSN 2595-2412 | Edição 4 - 2018

Agenda 2030: A contribuição da Tecnologia da Informação com a implantação de práticas de TI Verde	Constitucionalismo estratégico e o papel político das Cortes de Contas	Exegese histórica das normas constitucionais a respeito de Tribunais de Contas
Metodologia para elaboração de clareiras como apoio a auditorias operacionais	Técnicas de procedimento licitatório	

EPCP Escola Paulista de Contas Públicas Presidente Washington Luís Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

e) **Incorporação dos ODS aos relatórios de fiscalização:** os fiscais do TCESP são encarregados da primeira análise do uso dos recursos públicos. Verificam questões ligadas à legalidade, à legitimidade e à economicidade, observando sempre a eficiência e a efetividade das políticas. “As metas estipuladas pelas gestões foram atingidas?”, “A qualidade de vida dos cidadãos melhorou?”, “Os recursos foram bem direcionados?”, são apenas alguns dos questionamentos feitos pelos agentes.

Com a conexão identificada entre cada quesito do IEG-M e as metas dos ODS, os objetivos foram também incorporados aos relatórios da fiscalização que integram os processos de análise das contas municipais. Dessa forma, os ODS agora fazem parte da lista de itens checados pelos auditores durante as fiscalizações, sem suplantando as regras legais que regem a administração pública, sem contribuindo para a democracia e o bem comum.

Foi criado um item específico no Relatório de Contas Anual de Prefeituras sobre perspectivas de atingimento dos ODS:

F.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir as seguintes metas propostas pela Agenda 2030 entre países-membros da Organização das Nações Unidas-ONU, estabelecidas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (doc. XX):

B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)
ODS: Metas XXX, XXX.

B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)
ODS: Metas XXX, XXX.

B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)
ODS: Metas XXX, XXX.

B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)
ODS: Metas XXX, XXX.

B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)
ODS: Metas XXX, XXX.

B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)
ODS: Metas XXX, XXX.

B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)
ODS: Metas XXX, XXX.



Merecem menção as **lives realizadas durante a pandemia de Covid-19**, focadas na conscientização sobre a crise sanitária e seu impacto tanto sobre as gestões de Prefeituras e do Estado, como sobre a Agenda 2030. Foram abordados aspectos de governança para o enfrentamento da pandemia e prestados esclarecimentos sobre o desenvolvimento das vacinas:

23/07/20 – Live: Impactos da pandemia sobre a Agenda 2030 e seus desafios – Abertura: Vice-Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes; convidados: Haroldo Machado (PNUD), Ana Paula Fava (Coordenadora Executiva da Comissão Estadual dos ODS), Larissa Cervi (Coordenadora de Projetos da Frente Nacional dos Prefeitos).

24/07/20 – Live: Contratações públicas em tempos de pandemia (ODS 16) – convidados: Thiago Pinheiro Lima (MPC), Guilherme Jardim Jurksaitis (Assessor-Técnico Procurador), Manoel Galdino (Transparência Brasil).

06/08/20 – Live: Desafios da pandemia para a saúde pública (ODS 3) – convidados: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo (TCESP), David Uip (médico infectologista e ex-Secretário Estadual de Saúde), Natália Pasternak (Instituto Questão de Ciência).

23/10/20 – Live: A pandemia e a educação (ODS 4) – convidados: Rossieli Soares (Secretário Estadual de Educação), Marco Aurélio Sáfadi (médico pediatra e Presidente do Departamento de Infectologia da Sociedade Brasileira de Pediatria) e Gabriel Correa (Instituto Todos Pela Educação).

29/04/21 – Live: Vacinação - entrevistas com especialistas em saúde sobre planos de imunização; disponibilidade das vacinas; eficácia contra variantes; grupos prioritários e crianças; o mundo pós-pandemia. Convidados: Dr. Dimas Covas (Diretor do Instituto Butantan); Dr. Juarez Cunha (Presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações); Dra. Lely Guzmán (Organização Mundial da Saúde/OPAHs).



f) Relatórios ODS: foram elaborados quatro relatórios agregando os resultados das atividades desenvolvidas pelo TCESP e ODS pré-selecionados, entre os anos de 2018 e 2020. Em seu conteúdo, destacam-se (i) explicações sobre os ODS evidenciados no relatório em questão; (ii) o envolvimento do TCESP com citados ODS; (iii) gráficos reunindo dados do IEG-M e das fiscalizações-surpresa; (iv) achados e recomendações nos relatórios das Contas do Governador do Estado de São Paulo; (v) jurisprudência da Corte acerca do ODS analisado e (vi) sessão voltada a boas práticas.

O primeiro volume foi dedicado ao ODS 4 – “Educação de Qualidade para todos” (<https://bit.ly/3Qn2lG2>). O segundo teve como foco os ODS 6, 11 e 12, sob o tema comum da gestão de resíduos sólidos (<https://bit.ly/3OD0N9u>).

Já os dois últimos (<https://bit.ly/3YhwjgP> e <https://bit.ly/45aR67Z>) abordaram informações divulgadas pela ONU sobre o impacto da pandemia na Agenda 2030, discursos realizados pelo seu Secretário-Geral e orientações aos gestores públicos para a retomada econômica, social e ambiental. Também reuniram dados coletados pelo TCESP, no âmbito de suas fiscalizações, do painel de Gestão e Enfrentamento da Covid e das apurações do IEG-M, para subsidiar a análise da situação nos municípios paulistas e no Governo do Estado de São Paulo.

Esses relatórios, de periodicidade anual, foram divulgados em eventos específicos sobre o assunto. Denominados “Semear”, também reuniram especialistas internos e externos para debater os ODS envolvidos.



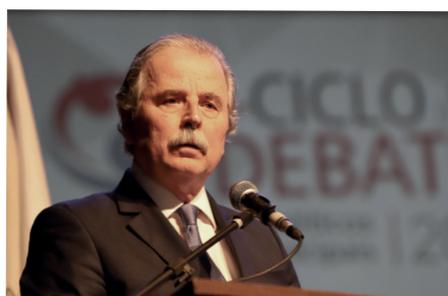


27º CICLO DE DEBATES

com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais | 2023

g) Participação nos Ciclos de Debates: são realizadas reuniões anuais entre o Presidente, Diretores do TCESP e jurisdicionados para esclarecimentos sobre exigências da Corte de Contas, processos e fiscalizações em geral. O Observatório do Futuro contou com um representante em

cada um dos 22 encontros promovidos durante o Ciclo de 2019. Com tais participações, foi possível mostrar aos gestores públicos e servidores das Prefeituras a incorporação dos ODS nos trabalhos do Tribunal e ainda estimular a inclusão do tema nas peças de planejamento municipal.



2023
CURSO EAD

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Desafios e oportunidades
para os municípios

INSCRIÇÕES

1º/7 a 31/7
uspdigital.usp.br/apolo

2 Turmas

60 Vagas por turma

Carga horária: 30 horas

Data: 2/9 a 2/12



e) Curso na modalidade Ensino à Distância (EaD), intitulado “Gestão de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo”: foi desenvolvida capacitação, voltada aos gestores públicos, sobre o correto planejamento da gestão de resíduos. Entre os assuntos abordados, estão as exigências e competências definidas pela legislação e as irregularidades mais comuns identificadas nos editais de contratação dos serviços de coleta e tratamento de resíduos, tema dos ODS 6, 11 e 12. O curso foi elaborado em parceria com a Universidade de São Paulo e com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e encontra-se, atualmente, em sua 3ª edição.



PRÊMIO ODS



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



OBSERVATÓRIO DO
FUTURO

f) Prêmios TCESP-ODS (premiação de boas práticas): em 2021, foi realizado um concurso de boas práticas no enfrentamento da Covid-19. Durante esse processo, foram selecionadas iniciativas organizadas pela administração direta, indireta ou por universidades que tivessem relação com os ODS. O projeto foi inspirado no “prêmio Inovare” e denominado Prêmio TCESP-ODS.

Foram recebidas 84 inscrições. Selecionadas por Comissão Avaliadora a partir de critérios previamente estabelecidos, como **criatividade, economia de recursos, replicabilidade e inovação**, as práticas finalistas foram verificadas pelos agentes

de Fiscalização das Unidades Regionais/Diretorias de Fiscalização locais para a checagem das informações prestadas.

A divulgação dos vencedores foi feita em cerimônia de premiação, ao final do evento “SEMEAR ODS: A superação da pandemia de Covid-19”, em formato presencial, no auditório da Corte de Contas, no dia 2 de dezembro de 2021. Os prêmios entregues foram: uma placa indicativa da classificação do premiado com os logotipos do TCE-SP e do Observatório do Futuro; um livro intitulado “Políticas Públicas e os ODS da Agenda 2030”; e material de divulgação do Observatório do Futuro.

2021



1º lugar: “Comitê de retomada econômica” – Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico de São José do Rio Preto;

2º lugar: “Vencedores mais esporte mais saúde” – Fundação de Amparo ao Esporte de Jaboticabal;

3º lugar - empate: “Reorganização da atenção básica em tempos de pandemia” – Coordenadoria de Saúde do Município de Taguaí; e “POT Volta às Aulas” – Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Paulo;

Menção Honrosa: “Terras solidárias – por mais quintais produtivos” – UNESP- Araraquara.

2022



1º Lugar: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis (DAEP) pelo ‘Programa Saneamento Ambiental Solidário (SOL)’, representado pelo Presidente do DAEP, Carlos Alberto Bachiega, e pelo Prefeito de Penápolis, Caique Rossi.

2º Lugar – empate: Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, com o projeto ‘Recicla Poá’, o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (CONDEMAT) e a Prefeitura Municipal de Guarujá, com os projetos ‘Recicla Cidade’.

3º Lugar: Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio com o projeto ‘Cooperativa Joia Ribeirinha (COOPERJOIA)’, representado pela Prefeita Municipal, Cássia Regina Zaffani Furlan, e pelo Secretário de Administração, Bruno César dos Santos Ramos.



g) Atualização do manual de planejamento do TCESP: foi elaborado um novo manual de planejamento público para a orientação dos jurisdicionados. O trabalho incorpora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e busca explicitar, de forma didática e detalhada, a relevância de um bom planejamento e do rigor das peças orçamentárias.

Para acessar a íntegra
posicione seu leitor de QRCode
sobre a imagem ou acesse o link
<https://bit.ly/ManPP>



h) Elaboração de cartilha em parceria com o FOCCO-SP/MPC: desenvolvida pelo Fórum de Combate à Corrupção e à lavagem de Dinheiro do Estado de São Paulo (FOCCO-SP), com o apoio do Observatório do Futuro, a cartilha "Aquisições e Contratações Emergenciais em Tempos de Pandemia", está disponível no infosite www.foccosp.org/cartilhas. O material discute meios de combate à corrupção nas contratações emergenciais ocorridas sob a Lei nº 13.979/20, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da crise sanitária, e a importância da transparência e do acompanhamento das iniciativas das Prefeituras paulistas e do Governo do Estado durante esse período de excepcionalidade.

Para acessar a íntegra
posicione seu leitor de QRCode
sobre a imagem ou acesse o link
<https://bit.ly/3Qac1DR>



Listadas as principais ações do Observatório do Futuro até este momento, novos projetos estão previstos para o atual e próximos exercícios. Destaque para o fortalecimento, no TCESP, de uma cultura interna voltada à Agenda 2030 e a continuidade de ações de capacitação para gestores públicos.



4 Planejamento Estratégico e os ODS

Diante do crescente envolvimento do TCESP com as diversas vertentes da sustentabilidade, da existência do Observatório do Futuro e da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Planejamento Estratégico da Corte de Contas para o período de 2022 a 2026 prevê, expressamente, a promoção do desenvolvimento sustentável como um dos objetivos estratégicos do plano.

A incorporação do tema ao Planejamento Estratégico reforça o compromisso institucional da Corte com os ODS e com o ideal de se tornar um órgão público modelo para demais instituições na conscientização e concretização da Agenda 2030. Dentre as iniciativas subjacentes a esse objetivo, podem-se mencionar ações

com foco no progresso dos ODS internamente e na materialização da Agenda 2030 entre os jurisdicionados, reiterando a atuação do Observatório do Futuro como núcleo de divulgação e monitoramento desses Objetivos.

Ainda que se tenha definido um objetivo estratégico próprio relacionado à promoção do desenvolvimento sustentável, todos os 11 objetivos estratégicos estão, de modo geral, relacionados aos ODS, em especial ao Objetivo nº 16 – “Paz, Justiça e Instituições Eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

3.3. VALORES

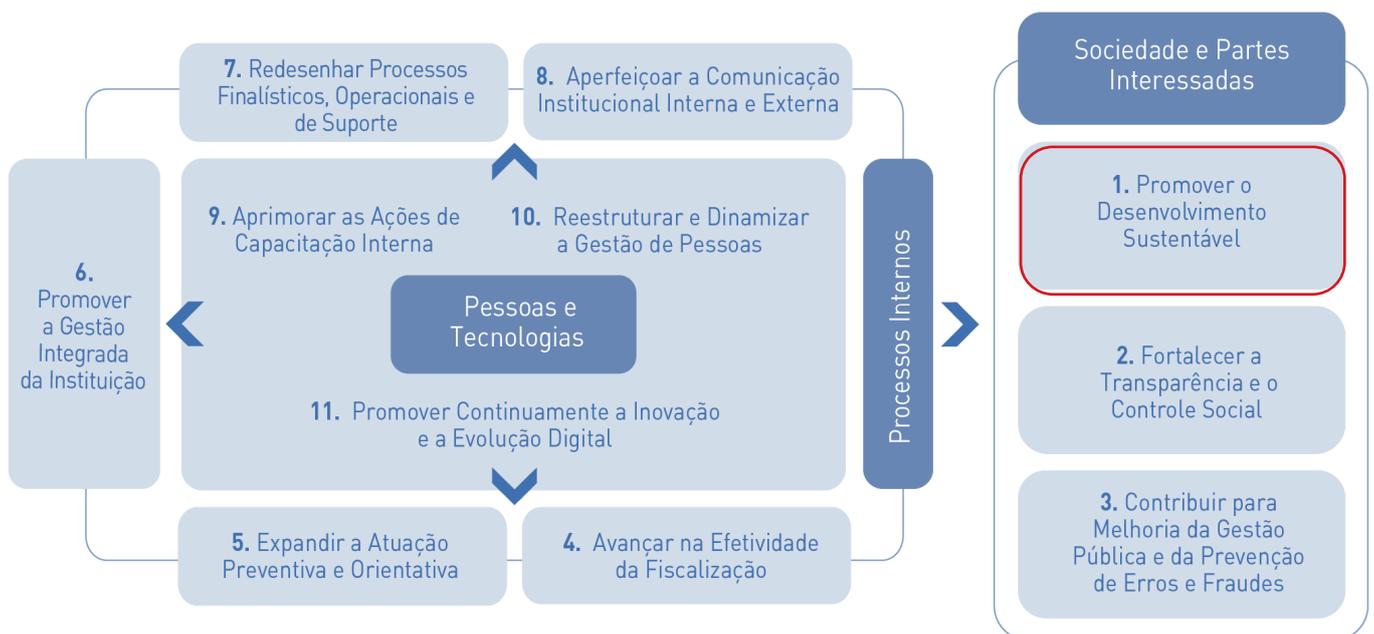
Os valores definem os comportamentos inegociáveis da instituição. Eles são a essência da Cultura da Organização.

O TCESP norteia sua atuação pelos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo ainda priorizados os seguintes valores institucionais:

- 1.Ética** – adotar padrões de comportamento que inspirem confiança, credibilidade, integridade e lisura, para fortalecimento da legitimidade do Tribunal de Contas.
- 2.Reconhecimento** – reconhecer e valorizar seu corpo técnico, proporcionando maior engajamento e ganho de produtividade e qualidade no trabalho.
- 3.Transparência** – dar publicidade às decisões, aos atos de gestão e aos resultados alcançados com o trabalho realizado pelo Tribunal.
- 4.Inovação** – desenvolver competências e aprimorar métodos, processos, tecnologias e modelos de trabalho para uma maior integração interna e externa.
- 5.Sustentabilidade** – atuar com ideias, estratégias e práticas ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas, visando impactar positivamente as gerações futuras.

GESTÃO

ESTRATÉGICA TCESP



Para acessar a página da Gestão Estratégica posicione seu leitor de QRCode sobre a imagem ou acesse o link <https://bit.ly/43GqrPe>



5 Parcerias com outras instituições

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



Com o objetivo de aprimorar a prestação do serviço público, desenvolver ações de capacitação conjunta e o intercâmbio de informações de mútuo interesse, o TCESP celebrou diversas parcerias com outras instituições públicas.

- a) **MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS COM O PNUD** – Criação de um marco de cooperação não exclusivo, facilitando e fortalecendo a colaboração entre as partes nas áreas de interesse comum, para a promoção da Agenda 2030 e dos ODS no Estado de São Paulo;
- b) **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB)** - Intercâmbio na área de educação à distância ou presencial, organização e oferta de cursos de graduação, especializações, mestrados, doutorados, pós-doutorados, além de conferências, seminários de estudos e treinamentos;
- c) **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio de suas Ouvidorias, para o compartilhamento de relatos de teor administrativo registrados em suas instituições e que despertem interesse recíproco;
- d) **CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)** - Cooperação para elaborar e executar projetos e ações para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda ONU 2030;
- e) **REDE LEGISLATIVO SUSTENTÁVEL** - Adesão à Rede de Cooperação Legislativo Sustentável, que abrange órgãos do Poder Legislativo, com o objetivo de promover práticas e o desenvolvimento de ações voltadas à Gestão Sustentável do Legislativo em âmbito nacional, por meio da troca de experiências, informações, pesquisas, tecnologias e ações de sustentabilidade.

6 Painéis TCESP

Criados como forma de divulgar os dados coletados pelo Tribunal de Contas paulista, colocando-os à disposição dos cidadãos para o exercício do controle social, a Corte de Contas possui, em sua página eletrônica, um conjunto de painéis temáticos com informações sobre as gestões de municípios paulistas, Estado, contratações etc.

Além de os assuntos específicos de cada um dos painéis

estarem relacionados a pelo menos um dos ODS, a disponibilização dos dados, oferecidos para consulta de maneira simples e didática, a qualquer cidadão, reforça o compromisso do TCESP com a transparência e a eficácia das instituições, premissas invocadas nas metas do ODS 16.

Todos esses painéis são acessíveis por meio do link www.tce.sp.gov.br/paineis-tcesp.



Para acessar a página com todos os painéis temáticos posicione seu leitor de QRCode sobre a imagem ou acesse o link <https://bit.ly/3Y7Dh7K>

PAINÉIS TEMÁTICOS

visor

Visão Social de Relatórios de Alertas LRF

PAINEL VISOR - ALERTAS LRF

Disponibiliza, a cada bimestre e quadrimestre, os dados contábeis recebidos, eletronicamente, de cada Prefeitura e órgão jurisdicionados. A plataforma facilita o entendimento dos alertas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) emitidos pelo TCE e classifica as prefeituras/órgãos de acordo com a quantidade e a diversidade de notificações recebidas.

OBSERVATÓRIO FISCAL

OBSERVATÓRIO FISCAL

Disponibiliza os dados das receitas e das despesas do Governo do Estado e de 644 municípios paulistas (a Capital não é fiscalizada pela Corte). As informações são exibidas por áreas e programas, possibilitando ao cidadão monitorar, on-line, a gestão dos recursos públicos. O painel traz ainda o Mapa das Receitas Tributárias, detalhando a origem dos recursos (próprios e de transferências).



OBRAS PARALISADAS OU ATRASADAS

Mapa virtual que permite a verificação de todas as obras atrasadas e paralisadas do Estado e dos municípios. Por meio da ferramenta, é possível pesquisar a localização da obra, a fase em que se encontra, a origem dos recursos disponibilizados, dados da contratante e os motivos da paralisação ou do atraso. A plataforma também contém gráficos com as principais fontes de recursos dos empreendimentos e a classificação por áreas temáticas.



MAPA DAS CÂMARAS

Exibe informações sobre números de vereadores e custos, em termos orçamentários, do funcionamento do Poder Legislativo nos municípios paulistas. Apresenta um mapa interativo que permite a realização de pesquisas e comparativos entre os gastos feitos pelos municípios. Os dados podem ser baixados na forma de planilhas.



PAINEL DO TERCEIRO SETOR

A ferramenta oferece, de maneira simples e didática, um panorama das Entidades do Terceiro Setor que receberam recursos públicos nos âmbitos estadual e municipal — especialmente nas áreas da saúde, cultura, assistência social e educação. O Terceiro Setor é imprescindível na consecução das mais diversas políticas públicas, tornando-se, nos últimos anos, destinatário de relevante percentual dos orçamentos públicos.



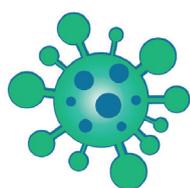
PAINEL DA SAÚDE – HOSPITAIS

Apresenta, em números e gráficos, um panorama da assistência pública prestada aos cidadãos pelos hospitais administrados diretamente pelo Estado e pelos municípios. Também integram o painel estabelecimentos geridos pela Prefeitura Municipal de São Paulo, mas que atuam de forma articulada e integrada com a Secretaria de Estado da Saúde (SES). Não estão incluídos os hospitais de entidades sem fins lucrativos ou filantrópicos, como as Santas Casas.



PAINEL DO RIO TIETÊ/PINHEIROS

O Painel Tietê-Pinheiros indica a situação dos contratos relacionados ao Programa de Despoluição do Rio Tietê e ao Programa Novo Rio Pinheiros realizados pela Sabesp e examinados pelo Tribunal de Contas do Estado. A plataforma exibe também o resultado das medições feitas pela CETESB sobre a qualidade da água dos rios e o nível de saneamento básico dos municípios em que o Tietê e o Pinheiros são corpos receptores de carga poluidora.



Painel COVID-19

PAINEL COVID-19

Apresenta dados fornecidos por gestores municipais e estaduais e mostra como o Estado e as 644 Prefeituras fiscalizadas pela Corte estão aplicando os recursos públicos no combate à pandemia da COVID-19. As informações são coletadas em diversos bancos de dados e colhidas junto aos gestores municipais e estaduais por meio de questionários aplicados mensalmente pela Corte. Última atualização: abril/2022 (data base: 31/03/2022)



Painel SANEAMENTO BÁSICO

PAINEL SANEAMENTO BÁSICO

Traça um raio-X do setor, indicando a situação do saneamento básico nos municípios. Engloba serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. A plataforma também fornece um panorama no que se refere às diretrizes e metas do Plano Nacional de Saneamento Básico e suas consequências na saúde pública.



INFOSITE IEG-PREV

Focada no controle do recolhimento dos encargos previdenciários; no eventual endividamento do Ente com a previdência; na evolução dos investimentos; na situação atuarial do RPPS e em sua gestão e sustentabilidade, a ferramenta se apresenta como mais um instrumento na análise das contas públicas. Seu principal objetivo é a redução do risco de potenciais danos financeiros à sociedade.



ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

IEG-M

Contém informações sobre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), indicador criado em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para medir a eficiência das 644 Prefeituras paulistas. Com dados disponibilizados de forma simples e transparente, a plataforma traz gráficos interativos, séries históricas e ainda possibilita a comparação de resultados entre municípios.



PAINEL ODS

Congrega dados do IEG-M e das fiscalizações operacionais realizadas no âmbito das Contas do Governo do Estado. A ferramenta, organizada por ODS e suas respectivas metas, pode ser acessada por meio do link www.tce.sp.gov.br/painelods.

7 Fiscalizações Ordenadas

As Fiscalizações Ordenadas são atividades de fiscalização concomitantes, coordenadas e *in loco*, com o objetivo de auditar a realização e/ou execução de políticas públicas pelos Órgãos e Entidades Paulistas.

Essas atividades, realizadas sem aviso prévio aos jurisdicionados, mobilizam diversos agentes do TCESP, em todas as regiões do Estado de São Paulo, que saem a campo de maneira coordenada e simultânea, para aferir a qualidade dos serviços prestados à população em temas aprovados pela Direção do Tribunal. O objeto de cada Fiscalização Ordenada e os Órgãos e Entidades a serem auditados são definidos a partir de informações estratégicas coletadas nos diversos sistemas e banco de dados da Corte. Os achados da verificação são posteriormente reunidos em relatórios consolidados para divulgação dos resultados e providências cabíveis.

São assim um método novo de fiscalizar e de oferecer aos agentes públicos responsáveis condições para a solução

imediate de irregularidades, uma vez que se desenvolve no pleno andamento das obrigações que são devidas pelo Poder Público. O não atendimento às advertências derivadas dessa auditoria pode dar causa à apuração de responsabilidades, aplicação de multas e até à reprovação de contas.

Ao todo, já foram realizadas 45 fiscalizações desse tipo desde 2016, quando foram implementadas no TCESP. A íntegra dos relatórios elaborados a partir de cada Ordenada está acessível a qualquer interessado no infosite: www.tce.sp.gov.br/ordenadas. Temas como transparência da administração pública, gestão de resíduos sólidos, transporte escolar, hospitais públicos e medicamentos, merenda e material escolar, educação na primeira infância, obras de engenharia da administração, entre outros, já foram objeto de auditoria-surpresa pela Corte de Contas e estão de alguma forma interligadas a várias metas dos ODS, denunciando como o descaso do poder público pode impactar o cumprimento da Agenda 2030.



Fiscalizações

ORDENADAS

Para acessar a página com todos os painéis temáticos posicione seu leitor de QRCode sobre a imagem ou acesse o link <https://bit.ly/3YgXtnR>



Em 2023, foram organizadas, até o presente momento, três Ordenadas: saúde pública, educação e resíduos sólidos. A primeira delas, na Saúde pública, para avaliar os seguintes aspectos: funcionamento da unidade básica de saúde; recursos humanos; instalações e equipamentos; medicamentos e insumos; exames; imunização; assistência à gestante; resolubilidade; fluxo assistencial e informações em saúde.

Frise-se ainda a realização da Primeira Fiscalização Ordenada Nacional, com foco em Educação. Planejada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e pelo TCESP, a auditoria analisou as condições de

infraestrutura e funcionamento de escolas selecionadas, segundo uma matriz de risco, nas redes estaduais e municipais dos 26 Estados do Brasil e do Distrito Federal.

Ao todo, foram auditadas 1.082 escolas, em 537 municípios em todo o país. Participaram 785 servidores dos 32 Tribunais de Contas Estaduais e Municipais do país. Dentre os aspectos verificados, destaque para a existência de recursos de acessibilidade nas vias de circulação interna para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a conservação dos equipamentos da edificação; a disponibilidade de água e esgoto e a adequação das salas de aula, entre outros.



30 de março
SAÚDE

**ESTRATÉGIA
SAÚDE DA
FAMÍLIA**



[HTTPS://BIT.LY/44N6RVX](https://bit.ly/44N6RVX)

**443 unidades
de saúde**



24 de abril
EDUCAÇÃO

**FISCALIZAÇÃO
NACIONAL EM
ESCOLAS**



[HTTPS://BIT.LY/3YBZ3HN](https://bit.ly/3YBZ3HN)

**197 escolas
fiscalizadas**



27 de julho
RESÍDUOS

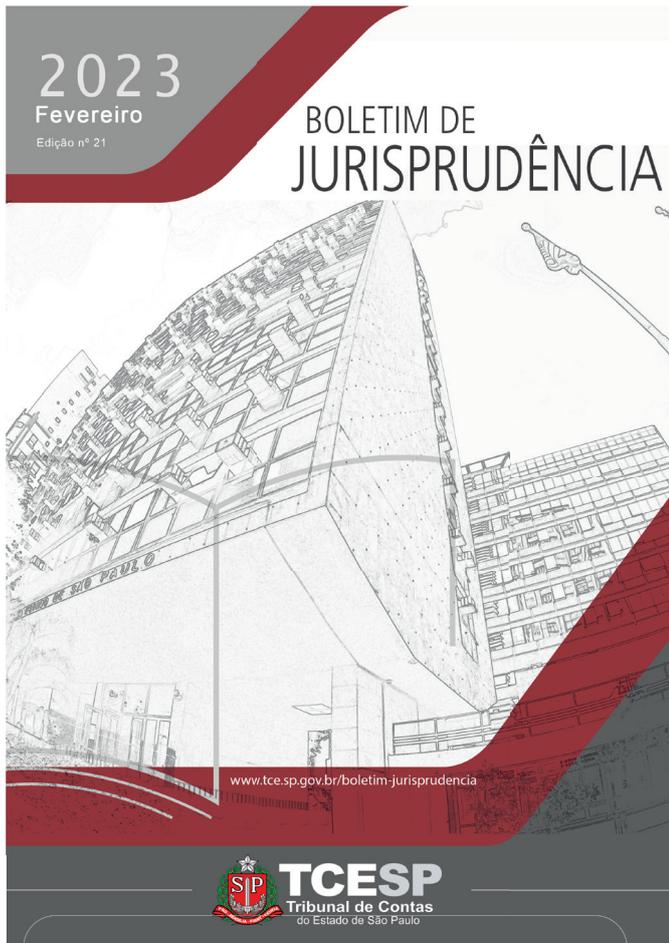
**FISCALIZAÇÃO
RESÍDUOS
SÓLIDOS**



[HTTPS://BIT.LY/3KGYDBL](https://bit.ly/3KGYDBL)

**267 municípios
fiscalizados**

8 Boletim de Jurisprudência e os ODS



Desde 2022, o boletim mensal de jurisprudência do TCESP, que reúne as principais decisões proferidas nas Câmaras e no Plenário da Corte, passou a correlacionar cada julgado publicado ao ODS afim. Com isso, espera-se sensibilizar ainda mais gestores e cidadãos quanto à transversalidade e integração dos ODS nos assuntos vinculados à prestação de serviços públicos.

Para acessar a íntegra posicione seu leitor de QRCode sobre a imagem ou acesse o link <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes>



TC-028612.026.08

Sessão Plenária de 15/02/2023.

Relatoria: Conselheiro Dimas Ramalho

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONVÊNIO. TERMOS DE RETIRRATIFICAÇÃO. CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS. AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO DETALHADO DE CUSTOS. AUSÊNCIA DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA NO RESSARCIMENTO DOS COFRES PÚBLICOS. NÃO PROVIMENTO.

1. Havendo responsabilidade compartilhada no dano ao erário, caberá ao contratante e ao contratado ressarcir os cofres públicos de forma solidária.

Nota CPAJ: Reitera o e. Relator a responsabilidade solidária pelo ressarcimento ao erário dos danos causados.

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



TC-021716.989.22-3

Sessão Plenária de 15/02/2023.

Relatoria: Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIO. MATÉRIA PRINCIPAL REPROVADA EM DEFINITIVO.

CONTAMINAÇÃO DA EXECUÇÃO DO AJUSTE POR FALHAS DE ORIGEM QUE RETROAGEM À FORMATAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE DE COTEJAR METAS E RESULTADOS. DESPROVIMENTO.

1. A pactuação com entidades do Terceiro Setor para prestação de serviços públicos de saúde, seja qual for o instrumento jurídico utilizado para viabilizar o elo colaborativo, pressupõe a prévia existência de Plano de Trabalho, ou documento correlato, que preveja metas, com seus respectivos prazos de execução, bem assim indicadores de qualidade e produtividade.

2. O Plano de Trabalho deve contemplar indicadores que permitam aferir os resultados alcançados, abrangendo as dimensões necessárias à visão ampla acerca do desempenho da entidade parceira, de modo a se permitir o acompanhamento efetivo do ajuste, seja pelo controle social, seja pelos órgãos de controle.

Nota CPAJ: Em seu voto, o e. Relator consignou que "a ausência de apresentação de comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, bem como a ocorrência de falhas na elaboração do parecer conclusivo são premissas que não só se comunicam diretamente com o contexto que ensejou a decretação de irregularidade do convênio, por evidenciar a debilidade do Plano de Trabalho, como igualmente fundamentaram a rejeição da prestação de contas do exercício anterior".

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



TC-022915.989.22-2 e outro

Sessão Plenária de 08/02/2023.

Relatoria: Conselheiro Renato Martins Costa

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. PREGÃO ELETRÔNICO. LICENÇA DE USO DE SOFTWARE. SISTEMA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL. PROJETO ESCOLA PÚBLICA PLURILÍNGUE. PARECER CNE/CEB Nº 2/2020. DATACENTER EM NUVEM. AGLUTINAÇÃO. IRREGULARIDADE.

BALANÇO PATRIMONIAL. NOTAS EXPLICATIVAS. PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE EM REGIME DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPÓTESE QUE DEVE SER PREVISTA POR ANALOGIA À SÚMULA Nº 50. COMPOSIÇÃO DAS AMOSTRAS. EXIGÊNCIA DE "PROGRAMA DE CONFORMIDADE – COMPLIANCE". FALTA DE AMPARO LEGAL. "EQUIPAMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO UV".

EXIGÊNCIA RAZOÁVEL, MAS QUE NÃO DEVE SE ESTENDER COMO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS. LIMINAR RATIFICADA. PEDIDOS PROCEDENTES EM PARTE.

Nota CPAJ: Após discussão proposta pelo e. Relator quanto à possibilidade de participação de empresas em recuperação extrajudicial, deliberou o Plenário pela prevalência do decidido nos autos do processo TC22721.989.22-6, em que foi considerada possível a vedação àquelas entidades, eis que, "por refletir um acordo bilateral entre as classes de credores, a recuperação extrajudicial não é compatível com as contratações públicas, porque outros credores podem cobrar os valores pendentes, colocando em xeque a sustentabilidade financeira mínima da licitante".

9 Ouvidoria e Ouvidoria das Mulheres

A Ouvidoria do TCESP dispõe de canais de comunicação com a sociedade para que seja permitido, a qualquer interessado, apresentar solicitações, informações, reclamações e sugestões sobre os serviços prestados pela Corte. Dessa forma, viabiliza-se o exercício do direito de acesso à informação, previsto na Lei nº 12.527/2011, e a participação dos cidadãos no aperfeiçoamento do serviço público. Destina-se também ao recebimento de demandas de servidores e servidoras da Casa, estagiários, colaboradores e visitantes.

Disciplinada pela **Resolução nº 16/2022** e pela **Ordem de Serviço GP nº 02/2022**, a Ouvidoria dispõe de três canais de atendimento: Fale Conosco, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Ouvidoria das Mulheres. O tempo médio de resposta e encaminhamento das demandas recebidas é de 2,64 dias, o que indica a celeridade que uma instituição responsiva deve ter.

A **Ouvidoria das Mulheres**, composta por servidoras do sexo feminino especialmente designadas para esse fim, recebe demandas relativas à igualdade de gênero, participação feminina e violência contra a mulher, o que torna a Ouvidoria um **espaço de acolhimento** feminino e conscientização sobre eventuais casos de assédio moral e sexual dentro e fora do TCESP, fortalecendo uma cultura ética e inclusiva.

Além de ser um canal para denúncias e responsabilização de infratores, a Ouvidoria fomenta o debate público de questões sensíveis como a discriminação e o assédio moral e sexual por meio de campanhas de sensibilização, troca de experiências com outras instituições públicas e divulgação de boas práticas.

OUVIDORIA das Mulheres

AGRESSÃO VERBAL, HUMILHAÇÃO, INTIMIDAÇÃO, ISOLAMENTO E AMEAÇAS TAMBÉM SÃO FORMAS DE VIOLÊNCIA.

SE VOCÊ ESTÁ PASSANDO POR ISSO,
PEÇA AJUDA.



Accesse a Cartilha de Conscientização e combate ao Assédio e à Discriminação em www.tce.sp.gov.br/publicacoes

ENTRE EM CONTATO CONOSCO

(11) 3292-3742

Email: ouvidoria-mulheres@tce.sp.gov.br

Site: www.tce.sp.gov.br/ouvidoria/ouvidoria-mulheres



USE SUA VOZ. NÃO SE CALE.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER TAMBÉM É ASSUNTO DE INTERESSE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Campanha de combate ao assédio sexual – confecção de adesivos informativos, afixados nos banheiros dos edifícios da Sede e das Unidades Regionais e exposição de banners e cartazes com a divulgação da Ouvidoria das Mulheres nas dependências da Corte;



Evento “Dia Internacional das Mulheres: Desafios e Conquistas”, realizado pela Ouvidoria das Mulheres e a Diretoria de Saúde e Assistência Social, destacou os efeitos do assédio sobre a saúde física e/ou mental do público feminino;



Participação nos Seminário Internacional de Ouvidoria 2023, promovido pela Controladoria-Geral da União (e Fortaleza e em Belo Horizonte), e promoção do evento de integridade no setor público;



Evento “Precisamos falar sobre Assédio”, realizado em 24/05/2023, em referência ao mês de combate ao assédio moral nas instituições.

VAMOS FALAR SOBRE ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DISCRIMINAÇÃO?

NOVEMBRO/2022

Elaboração da cartilha sobre assédio e discriminação, disponibilizada na modalidade digital a todos os servidores do TCESP (www.tce.sp.gov.br/publicacoes/cartilha-conscientizacao-e-combate-ao-assedio-e-discriminacao);

Para acessar a íntegra posicione seu leitor de QRCode sobre a imagem ou acesse o link <https://bit.ly/3Km9TVK>



Promove-se assim o papel do TCESP na difusão de uma política pública de extrema relevância, diretamente relacionada aos ODS 3, 5, 8, 10 e 16.



10 Sustentabilidade na EPCP e no MPC

Vinculadas ao TCESP, as duas instituições desempenham papel de extrema relevância na disseminação de boas práticas e sensibilização de servidores e jurisdicionados. Ambas vêm adotando, ao longo dos últimos anos, medidas relacionadas à sustentabilidade.



a) Escola Paulista de Contas Públicas:

- substituição de copos plásticos descartáveis, tanto para uso próprio quanto para os eventos promovidos pela Escola, por copos de papel;
- informações transmitidas e armazenadas apenas digitalmente;
- utilização de leitores de códigos de barras e de ingressos eletrônicos para encontros internos como o Ciclo Anual de Aperfeiçoamento Pessoal;

- realização de eventos em formato preferencialmente virtual, facilitando o acesso de eventuais interessados e reduzindo as despesas com deslocamentos de participantes e palestrantes, passagens, hospedagens, energia elétrica, água e insumos em geral. A medida ainda diminui os efeitos poluentes de cada etapa relacionada à organização de tais encontros;
- descarte sustentável de livros físicos da Biblioteca em 3 etapas: (1) doação para servidores da casa; (2) doação para público externo e (3) encaminhamento para reciclagem.



b) Ministério Público de Contas (MPC)

- eliminação de copos de plástico ou papel;
 - redução expressiva do número de impressões em papel.
- Orientação contínua aos servidores para impressão apenas do que seja essencial, dando prioridade à tramitação eletrônica;
- envio de comunicações, preferencialmente, por meio eletrônico, reduzindo, inclusive, a demanda por materiais do almoxarifado, como envelopes, cola, fita adesiva, papel,

etiquetas;

- digitalização do arquivo e criação de pastas virtuais;
- redução do número de lâmpadas nas salas e orientação contínua aos servidores para economia de luz;
- maior atenção à reciclagem de materiais, com separação dos itens e descarte em locais apropriados;
- cancelamento de assinaturas de jornais, periódicos e revistas em formato físico, dando sempre preferência as versões digitais.

11 Considerações finais

Ante os exemplos de ações mencionados, verifica-se que a intersecção entre desenvolvimento sustentável e instituições públicas é cada vez mais estreita e necessária para a promoção contínua de avanços econômicos, sociais e ambientais.

Como representante do controle externo e parte essencial da democracia brasileira, cabe ao TCESP fiscalizar os recursos

públicos e orientar seus jurisdicionados na busca por gestões transparentes, efetivas e sustentáveis. Afinal, é papel de todos a construção de um mundo menos desigual e preocupado com o futuro das próximas gerações. A Corte de Contas paulista vem se empenhando em cumprir sua parte no desafiador processo de amadurecimento social, político e econômico do planeta.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



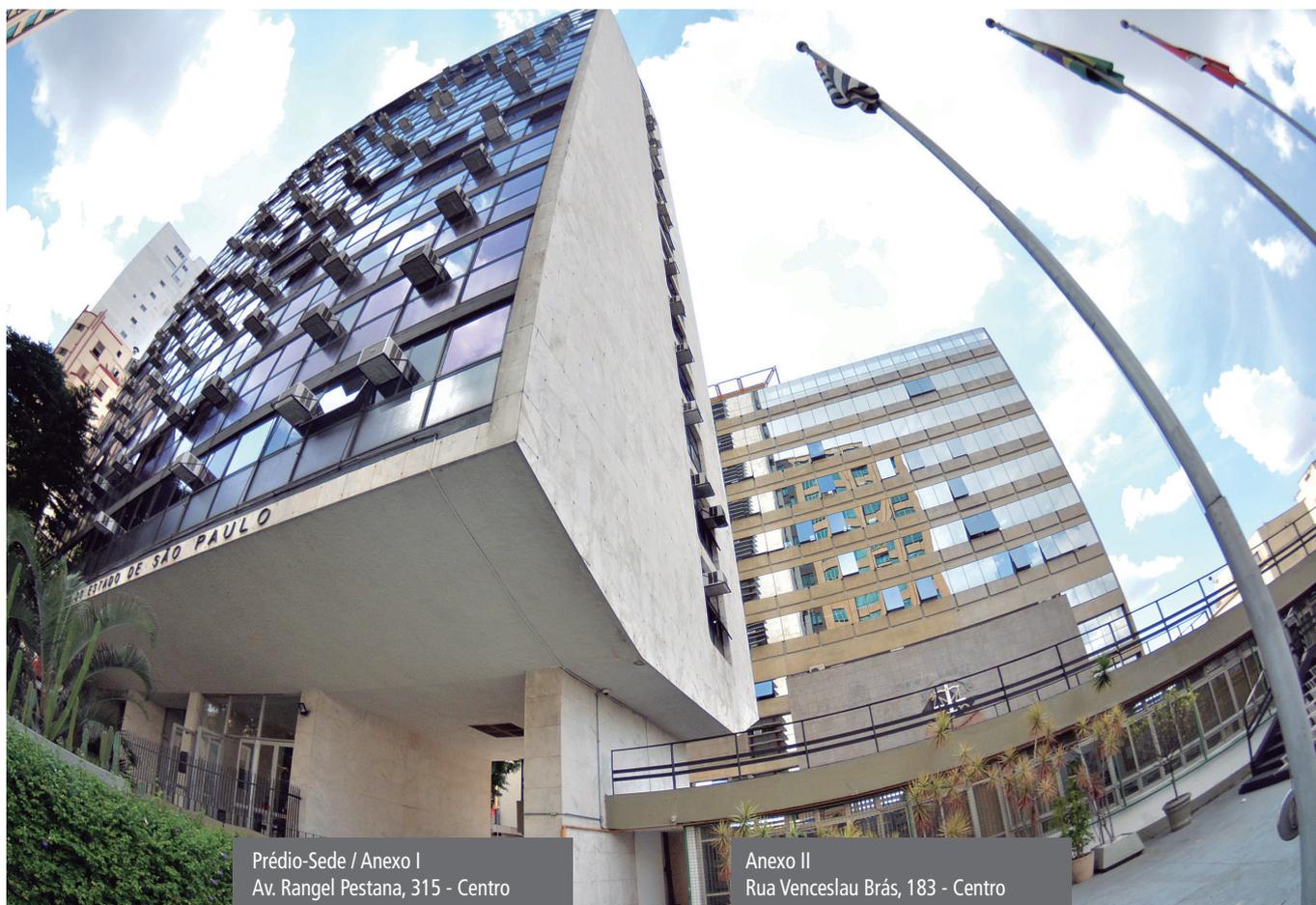
INSTITUIÇÕES FORTES
REQUEREM

EFETIVIDADE,
PLANEJAMENTO,
MONITORAMENTO
E TRANSPARÊNCIA.



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

- www.tce.sp.gov.br -

**Prédio-Sede / Anexo I**

Av. Rangel Pestana, 315 - Centro
 CEP: 01017-906 - São Paulo - SP
 Telefone: (11) 3292-3266

Anexo II

Rua Venceslau Brás, 183 - Centro
 CEP: 01016-000 - São Paulo - SP
 PABX: (11) 3292-3266

Araçatuba - UR-01

Av. Café Filho, 402 - Jardim Icaray
 CEP: 16020-550 - Araçatuba - SP
 Telefones: (14) 3609-9700
 ur01@tce.sp.gov.br

Bauru - UR-02

Rua José Francisco Augusto, 5-4 - Jd. Godoi
 CEP: 17021-640 - Bauru - SP
 Telefones: (14) 3109-2350
 ur02@tce.sp.gov.br

Campinas - UR-03

Avenida Carlos Grimaldi, 880 - Jd. Conceição
 CEP: 13091-000 - Campinas - SP
 Telefone: (19) 3706-1700
 ur03@tce.sp.gov.br

Marília - UR-04

Rua Prof. Francisco Morato, 381 - Jd. São
 Geraldo - CEP: 17501-020 - Marília - SP
 Telefone: (14) 3592-1630
 ur04@tce.sp.gov.br

Presidente Prudente - UR-05

Rua José Cupertino, 179 - Jd. Marupiara
 CEP: 19060-090 - Presidente Prudente - SP
 Telefones: (18) 3226-5060
 ur05@tce.sp.gov.br

Ribeirão Preto - UR-06

Rua Adolfo Zéio, 426 - Ribeirão
 CEP: 14096-470 - Ribeirão Preto - SP
 Telefones: (16) 3995-6800
 ur06@tce.sp.gov.br

São José dos Campos - UR-07

Av. Heitor Vila Lobos, 781 - Vila Ema
 CEP: 12243-260 - São José dos Campos - SP
 Telefone: (12) 3519-4610
 ur07@tce.sp.gov.br

São José do Rio Preto - UR-08

Av. José Munia, 5.400 - Chácara Municipal
 CEP: 15090-500 - São José do Rio Preto - SP
 Telefone: (17) 3206-0800
 ur08@tce.sp.gov.br

Sorocaba - UR-09

Rua Marco Francisco Garcia Chiuratto, 180 - Jd.
 Saira - CEP: 18085-840 - Sorocaba - SP
 Telefones: (15) 3238-6660
 ur09@tce.sp.gov.br

Araras - UR-10

Av. Maximiliano Baruto, 471 - Jd. Universitário
 CEP: 13607-339 - Araras - SP
 Telefone: (19) 3543-2460
 ur10@tce.sp.gov.br

Fernandópolis - UR-11

Rua Maria Batista, 209 - Boa Vista
 CEP: 15.600-000 - Fernandópolis - SP
 Telefone: (17) 3465-0510
 ur11@tce.sp.gov.br

Registro - UR-12

R. Goro Assanuma, 259 - Vila São Nicolau
 CEP: 11.900-000 - Registro - SP
 Telefone: (13) 3828-2220
 ur12@tce.sp.gov.br

Araraquara - UR-13

Rua Dr. Euclides da Cunha Viana, 551
 Jd. Santa Mônica - CEP: 14.801-096
 Araraquara - SP - Telefone: (16) 3331-0660
 ur13@tce.sp.gov.br

Guaratinguetá - UR-14

Avenida Doutor Ariberto Pereira da Cunha, 1302
 CEP: 12515-241 - Guaratinguetá - SP
 Telefone: (12) 3123-2260
 ur14@tce.sp.gov.br

Andradina - UR-15

Rua Pereira Barreto, 1681 - Centro
 CEP: 16901-022 - Andradina - SP
 Telefone: (18) 3721-7800
 ur15@tce.sp.gov.br

Itapeva - UR-16

Rua Leovigildo de Almeida Camargo, nº 143,
 Jardim Ferrari - Itapeva - SP
 Telefone: (15) 3524-4800
 ur16@tce.sp.gov.br

Ituverava - UR-17

Rua Dom Pedro I, 520 - Jardim Morada do Sol
 CEP: 14500-000 - Ituverava - SP
 Telefone: (16) 3839-0943 / 3839-0376
 ur17@tce.sp.gov.br

Adamantina - UR-18

Rua Josefina Dal'Antonia Tiveron, 180 - Centro
 CEP: 17800-000 - Adamantina - SP -
 Telefones: (18) 3502-3260
 ur17@tce.sp.gov.br

Mogi Guaçu - UR-19

Rua Catanduva, 145 - Jd. Planalto Verde
 CEP: 13843-193 - Mogi Guaçu - SP
 Telefones: (19) 3811-8300 / 3811-8339
 ur19@tce.sp.gov.br

Santos - UR-20

Rua Vergueiro Steidel - Embaré
 CEP: 11040-270 - Santos - SP
 Telefones: (13) 3208-2400
 ur20@tce.sp.gov.br



#tcespnasredes SIGA O TCEP



facebook.com/
tcesp



twitter.com/
tcesp



youtube.com/
tcespoficial



flickr.com/
tcesp



tce.sp.gov.br/
tcesp-rss

— www.tce.sp.gov.br —

Fale com o TCE



Fone 0800:
0800.8007575



WhatsApp:
+55 11 99508.7638



Email:
ouvidoria@tce.sp.gov.br



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo